

A ECONOMIA E A ABERTURA POLÍTICA: Bases para Um Novo Pacto Social

JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES

Livros Técnicos e Científicos, 1981, Rio de Janeiro

José Nivaldo Gomes Cordeiro

O livro de João Paulo de Almeida Magalhães foi escrito durante os doze meses que antecederam fevereiro de 1981. Boa parte do texto aí apresentado foi publicada em artigos de jornais. Como o próprio título da obra deixa sugerido, nesse livro o autor busca contribuir para o debate da presente situação sócio-político-econômica com sugestões concretas para que a crise — caracterizada principalmente pelo forte surto inflacionário e pelo desequilíbrio cambial — venha a ser superada.

O suporte básico do pensamento do autor está no tripé Desenvolvimento, Iniciativa Privada e Democracia. Desenvolvimento porque só ele possibilita a “eliminação do atraso econômico”. Iniciativa privada porque a saída da crise só será levada a efeito mediante sacrifícios de todas as camadas sociais, mormente daquelas situadas na parte superior da pirâmide de distribuição de renda, cabendo ao homem de empresa o papel de líder na execução do novo pacto social. Democracia porque só ela possibilita a eliminação e a prevenção das distorções observadas na recente evolução da economia brasileira, quais sejam: concentração de renda interclasses, intersetorial, interregional e interempresas. Nota-se que o autor contrapõe a abertura democrática ao “fechamento político”, afirmando que este, quando feito para conter as ameaças à organização capitalista da sociedade, provoca o “paradoxo do direitismo”, isto é, as distorções provocadas pela ausência de democracia levam aqueles que “fecharam” o regime a tomarem medidas de cunho “socializante” como forma de neutralizar as pressões sociais.

É interessante ressaltar que o autor debita a grande responsabilidade pelas mazelas, sejam de ordem econômica, social ou política, do país à figura do tecnocrata. Para fins de sua análise, ele elegeu o economista como o tecnocrata-padrão. Essas mazelas deveram-se à insensibilidade desses senhores às aspirações sociais, “deixando que o incontável sucesso brasileiro, em termos de desenvolvimento econômico, se traduzisse numa situação social e política insustentável”. A causa dessa insensibilidade o autor atribui à má formação humanista dos tecnocratas-economistas, sendo os seus parâmetros de avaliação da realidade os frios números da estatística.

A partir de sua análise da recente evolução da economia brasileira, o autor defende a tese de que a inflação é resultado da luta dos diferentes grupos sociais para manterem e/ou aumentarem a sua participação no PIB. A partir dessa constatação, afirma que a

elevação dos preços do petróleo e o atendimento parcial das reivindicações dos grupos de menor renda a partir de 1978, provocaram a "virtual implosão do pacto social brasileiro", e, com ela, o surto inflacionário em percentuais de três dígitos. Urge, portanto, a feitura de um novo pacto social que terá como principal condicionante a desconcentração de renda. Sobre este novo pacto social a ser liderado pelos homens de empresa, faz o autor diversas sugestões de caráter imediato e de médio prazo. Algumas dessas sugestões nos parecem ou inviáveis ou indesejáveis, como a que propõe, no primeiro momento, a modificação da lei que regula os reajustes salariais, eliminando o percentual além do INPC a título de produtividade e, num segundo momento, a elevação em termos reais do salário mínimo em 50%.

Outro tópico importante desse novo pacto seria o fortalecimento das empresas nacionais privadas com forma de combater a estatização e a desnacionalização, que o autor considera como um "desequilíbrio" a ser corrigido. Claro que o que garantirá e avalizará este novo pacto é a "consolidação do sistema democrático".

Com respeito ao tópico desenvolvimento, o autor critica as posições de Celso Furtado e Guerreiro Ramos, o primeiro apoiando a tese do "Clube de Roma" dizendo ser impossível para o Terceiro Mundo alcançar os padrões de consumo dos países desenvolvidos em virtude da escassez de matéria-prima e o virtual esgotamento dos recursos naturais. O segundo afirmando a indesejabilidade do desenvolvimento, pois padrões de vida mais elevados não elevam necessariamente o grau de satisfação do consumidor. Ao criticá-los, o autor lembra que Celso Furtado se esquece que o Brasil dispõe de vultosas reservas de recursos naturais, não sendo isso barreira para o desenvolvimento e que a tese de Guerreiro Ramos se aplica ao caso dos Estados Unidos e dos demais países desenvolvidos, e não ao Brasil onde, segundo o autor, "35% da população economicamente ativa das cidades (...) vive com menos de um salário mínimo mensal".

Para que haja desenvolvimento, o autor propõe o MED — Modelo de Exportações Dinâmicas em contraposição ao modelo adotado durante o período do "milagre" e à proposta dos economistas de esquerda de voltar a economia para o mercado interno. O MED teria como pré-condição a criação de tecnologia nacional de ponta apoiando as exportações. Três seriam as vantagens desse modelo: Independência tecnológica (e por conseguinte econômica), amortização no exterior do custo de pesquisa e a expansão de mercado.

Ao analisar o desequilíbrio interempresas (privadas nacionais, estatais e multinacionais), o autor observa o processo acentuado de desnacionalização e estatização ocorrido principalmente a partir de 1955. Como solução para este problema sugere que o governo venha a se associar às empresas privadas nacionais, participando com pelo menos 90% do capital sem assumir o seu controle acionário (claro que isso implicaria em alterar a lei das S/As). Assim, afirma ele, "a grande empresa com base nesse figurino seria capaz de assumir setores que o Estado colocasse à sua disposição".

João Paulo de Almeida Magalhães tem nesse livro o mérito de discutir em bases concretas o conjunto dos problemas que afligem hoje a sociedade brasileira. Podemos discordar de suas posições e rejeitar as suas sugestões — e o fazemos em grande parte, nós que não endossamos as teses liberais — mas não podemos recusar a discussão dessa temática tão atraente como controversa. Uma coisa porém é certa: "se este livro tem a pretensão de oferecer qualquer mensagem, esta é a de que a interrupção do processo democrático, pelo simples agravamento das distorções aqui apontadas, levará o país a trilhar o caminho do caos".

PLANEJAMENTO SIM E NÃO: UM MODO DE AGIR NUM MUNDO EM PERMANENTE MUDANÇA

FRANCISCO WHITAKER FERREIRA

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

Marcos Antonio Osello

De maneira simples e não simplista, como acentua o prefácio de Paulo Freire, o livro esclarece, gradualmente, ao tom de um diálogo imaginário, as principais questões envolvidas com o planejamento. A leitura do texto é fácil e agradável (ao que muito contribuem as excelentes ilustrações de Claudius), sendo os diversos assuntos tratados com linguagem coloquial, evitando a terminologia especializada e a tradicional sisudez dos textos afins.

Em um momento onde o planejamento se apresenta em crise e onde a ideologia do liberalismo de mercado parece reviver, é, sem dúvida, bem-vindo um livro que tem a coragem de se colocar a favor do planejamento. Evitando fazer apologia do mesmo, o livro toma um partido favorável, porém crítico. As potencialidades, limites e falhas do planejamento são bem colocadas, por exemplo, quando se aconselha a "Nunca pretender elaborar planos definitivos" ou quando se esclarece que em certas situações "não se tem outro remédio senão agir de uma maneira mais ou menos improvisada".

O caráter crítico reforça a atualidade do tema, que retoma as discussões e polêmicas que permearam a década de 50, época em que o autor participou como técnico dos trabalhos da S.A.G.M.A.C.S. e do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto, quando o planejamento, em fase de adoção, aparecia como um instrumento fundamental para promover o desenvolvimento, tanto ao nível nacional, quanto regional ou urbano.

Incorporado nos mais diversos níveis de governo, a necessidade do planejamento não está mais em discussão, isso não significa que o mesmo dispense uma explicação clara e didática de seus pontos básicos. Seguindo esse caminho, o texto aborda o planejamento de modo genérico, procurando elucidar 'somente a estrutura fundamental do método', segue o aviso de que o mesmo se destina somente para "aquele que ainda vê a palavra planejamento envolvida em uma certa nebulosa".

Partindo de uma definição próxima do senso comum ("uma ação planejada é uma ação não improvisada") e de um método conhecido ("três fases de trabalho: preparação do plano, acompanhamento da ação e revisão crítica dos resultados") Whitaker critica a figura do tecnocrata e de outros desvios do método: "Sendo que se assumo o papel de produtor de planos e sei que não vou depois acompanhar a ação e rever minhas decisões aí é que posso dar largas a minha imaginação e planejar coisas espetaculares sem maior cuidado". Em seguida, aborda a questão do planejamento para a mudança social e a

transformação qualitativa ("quando ocorre uma ruptura de equilíbrio e a vencedora é a força anteriormente sobrepujada, dá-se uma mudança qualitativa"), e, finalmente, defende a necessidade de participação popular no processo de planejamento.

Sem desmerecer suas qualidades, o livro possui as limitações de um texto genérico: não aprofunda as questões levantadas. Por exemplo, os mecanismos de representação popular, fundamentais para o planejamento participativo, não são suficientemente desenvolvidos. Porém, apesar de algumas limitações, é um livro importante para todos aqueles que vêem, na problemática do planejamento, um objeto de reflexão.